Política de Privacidade

O Tabelião Titular, Dr. Angelo Volpi Neto, a fim de adequar o 7º Tabelionato de Curitiba às diretrizes da Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, estabelece a presente Política de Privacidade, realizando o tratamento de dados pessoais com transparência, segurança e eficácia, no intuito de cumprir sua finalidade pública.

A **Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD**, Lei nº 13.709/2018, é o documento que reúne informações importantes sobre a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet.

A lei coloca o cidadão na figura de titular de seus dados. A norma impõe regras aos setores público e privado, que se tornam, responsáveis por todo ciclo de um dado pessoal na organização: coleta, tratamento, armazenamento e exclusão. A lei vale para meios online e off-line.

**1. OBJETIVO**

A presente política de privacidade tem como objetivo o esclarecimento acerca do tratamento dos dados pessoais, bem como dos procedimentos adotados nesta Serventia, com observância às diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 13.709/2018 e Provimento n.º 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça.

Os serviços disponíveis nesse site e no atendimento presencial ao cliente são proporcionados de modo a garantir nosso total compromisso com a privacidade e segurança das informações fornecidas pelos usuários.

1.1 Esta “Política de Privacidade” abrange o tratamento dado pelo 7º Tabelionato de Curitiba às informações e dados pessoais coletados, quando estes são cadastrados neste site ou quando venham a compor bases de dados eletrônicos da serventia através das demais formas de atendimento ao usuário.

1.2 O usuário que decidir fornecer seus dados pessoais necessários a prática de qualquer serviço realizado pelo 7º Tabelionato de Curitiba, declara conhecer e aceitar os termos aqui descritos. A concordância com esta Política de Privacidade é indispensável à utilização do site e dos serviços oferecidos pela Serventia.

1.3 Sem prejuízo aos direitos legais, o site reserva o direito de alterar esta Política de Privacidade de modo a refletir avanços tecnológicos, mudanças na legislação ou normas regulatórias e boas práticas, e por este motivo, estará sempre, neste espaço, disponível para consultas.

**2. APLICAÇÃO**

Através desta Política de Privacidade, a serventia informa ao público em geral, qual a natureza, o âmbito e a finalidade dos dados pessoais que recolhemos, usamos e processamos. Além disso, os titulares dos dados são informados de seus direitos.

2.1 Os dados recolhidos pela Serventia durante o exercício de suas atribuições são utilizados com o único e exclusivo fim de satisfazer as necessidades de seus usuários atendendo as determinações legais a seguir.

**3. NORMAS RELACIONADAS**

3.1 Lei Nº 13.709/2018;

3.2 Lei Nº 8.935/1995;

3.3 Lei Nº 6.015/1973;

3.4 Provimento 61/2017 CNJ;

3.5 Provimento 74/2018 CNJ;

3.6 Provimento 88/2019 CNJ;

3.7 Política de Segurança da Informação Interna;

**4. CONTROLADOR E ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS**

4.1 Controlador – Marco Antonio Capelli

4.2 Encarregada de Proteção de Dados (DPO) é Cristiane Araújo Silva, e estará disponível através do e-mail: **capelli@volpi.not.br**

**5. TIPOS DE INFORMAÇÕES COLETADAS**

5.1 A menos que especificado de outra forma, todos os dados solicitados por este site ou no atendimento ao cliente, são obrigatórios e o não fornecimento desses dados, pode impossibilitar o fornecimento de seus serviços por parte da serventia.

5.2 Antes de utilizar os serviços oferecidos por meio do atendimento ao cliente ou pelo site, é importante que você esteja ciente de que alguns destes serviços somente serão prestados mediante pagamento prévio, pelo Anexo II, do Decreto Judiciário 722/2021, editado a partir do permissivo das Leis Estaduais 20.948/2021 e 20.504/2020, e todos os seus dados pessoais estarão protegidos de acordo com os Provimentos n.ºs 74/2018 e 88/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e a Lei nº 13.709/2018.

5.2.1 Você pode consultar a tabela de custas e emolumentos dos serviços praticados pela serventia através do site da Serventia nos links vinculados a tabela de custas e no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (www.extrajudicial.tjpr.jus.br).

5.3 DO PROTOCOLO DOS PEDIDOS DE SERVIÇOS: Ao solicitar e fornecer dados a Serventia durante a realização de algum serviço, o usuário/cliente dará seu consentimento para coleta dos dados de número de telefone, WhatsApp e endereço de e-mail, para que possam ser usados para comunicações/notificações por e-mail ou mensagem, em relação aos serviços vinculados a sua pessoa pela Serventia.

5.3.1 Estes dados são solicitados no protocolo de atendimento do serviço solicitado e inserido no sistema da serventia para organização da logística de comunicação com o cliente;

5.3.2 A comunicação será realizada quando for necessário comunicar o usuário de fato relevante sobre a movimentação de serviços realizados vinculados a sua pessoa;

5.3.3 O usuário que não consentir com a disponibilização das informações dos dados constantes do item 5.3.1 deverá entrar em contato com a serventia para tomar conhecimento do andamento dos serviços solicitados ou vinculados a sua pessoa, nos canais de atendimento constantes deste site.

5.4 DA PRÁTICA DOS ATOS SOLICITADOS NO PROTOCOLO: Na solicitação de um serviço a serventia coletará os dados necessários à prática dos atos de seu ofício visando o cumprimento de disposições legais, normativas ou baseadas no consentimento do usuário.

5.4.1 Os dados coletados têm a função de:

a) Qualificação das partes dos atos que envolvam os registros;

b) Dados bancários para devolução de valores de depósito prévio não utilizados;

c) Dados para emissão de Notas Fiscais para Prefeitura;

d) Dados para envio de Notificações e Intimações vinculadas a pessoa física ou jurídica;

e) Acompanhamento online dos serviços no site da Serventia;

f) Emissão e envio de selo digital no site do TJPR;

g) Emissão de declaração de operações imobiliárias à Receita Federal;

h) Emissão de declaração de operações suspeitas previstas conforme determinação do Prov. 88 do CNJ ao SISCOAF;

i) Envio de dados à Secretaria do Patrimônio da União -  Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União – DOITU;

5.4.2 Para a prática de atos registrais são coletados dados determinados por lei, norma ou jurisprudência, para cumprimento de princípios registrais: nome, CPF, RG, data de nascimento, endereço, e-mail e profissão.

**6. PRIVACIDADE DO USUÁRIO**

A entrada de dados pessoais do usuário no site da Serventia ou em nosso banco de dados trafegam por nossos canais de forma segura, com uso de processos de criptografia e outros mecanismos de segurança. A Serventia se compromete a utilizar os melhores sistemas de proteção a sua disposição para proteger os dados sob sua guarda.

6.1 A serventia emprega todos os esforços para manter a integridade e a confidencialidade das informações que lhe são fornecidas.

6.2 As notificações dos pedidos ou solicitações do portal ocorrerão através do e-mail fornecido ao realizar o cadastro em nosso site, considerando que a coleta e envio dessas mensagens visam garantir o interesse de nossos usuários.

6.3 O site poderá oferecer acesso a links e frames de outros sites cujos conteúdos e políticas de privacidade não são de responsabilidade da serventia. Assim, a serventia recomenda que, ao serem redirecionados para sites externos, os usuários consultem sempre as respectivas políticas de privacidade antes de fornecerem seus dados ou informações.

6.4 O acesso às informações e dados pessoais coletados é restrito aos funcionários e pessoas autorizadas para este fim. Empregados e/ou pessoas autorizadas que se utilizarem indevidamente dessas informações, ferindo esta Política de Privacidade, estarão sujeitos às penalidades previstas, sem exclusão das demais medidas legais cabíveis.

6.5 Os dados coletados e armazenados pela Serventia têm como única finalidade o exercício de atividades registrais de sua competência.

**7. COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS PESSOAIS**

7.1 É da natureza dos serviços públicos prestados pelas serventias, a publicidade dos atos praticados registrados em seus livros, ressalvadas raras exceções, devendo ser extraídas na forma do que dispõe o artigo 16 da Lei 6.015/73.

7.2 Asseguramos aos usuários que nenhum dado pessoal será cedido, por via gratuita ou comercial, a empresas de marketing.

7.3 Em determinadas circunstâncias, amparadas por lei ou em razão de determinação legal ou judicial, a serventia reserva o direito de compartilhar ou transferir dados pessoais. Por exemplo:

a) Para manter a integração com os órgãos e associações;

b) Para realização de serviços determinados em Lei (exemplo Certidões);

c) Para investigar ocorrência de possíveis crimes;

d) Sempre que ocorrer um evento desta ordem, o compartilhamento será feito em conformidade com legislação de proteção de dados pessoais em vigor.

**8. DIREITO DOS USUÁRIOS (TITULARES DOS DADOS PESSOAIS)**

8.1 O tratamento de dados pessoais na serventia é realizado de forma transparente, lícita e de boa-fé, mantendo o registro das atividades, conforme artigos 6º, 7º, 8º, 11 e 14 da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

8.2 Os titulares dos dados têm o direito de acesso aos seus dados pessoais e quaisquer solicitações feitas para a serventia, conforme artigo 20 da LGPD, ressalvado o disposto no artigo 16 da Lei 6.015/73.

8.3 Para os titulares dos dados pessoais exercerem seu direito, devem entrar em contato com o Encarregado de Proteção de Dados (DPO) através do e-mail **capelli@volpi.not.br**

8.4 O encarregado realizará o primeiro contato em até 2 dias uteis após o recebimento da solicitação.

8.5 O encarregado responderá a solicitação dos titulares dos dados em até 5 dias uteis por e-mail.

8.6 Os titulares dos dados pessoais têm direito:

a)  Confirmação da existência de tratamento de dados;

b) Acesso ou correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

c) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei 13.709/2018;

d) Revogação do consentimento, nos termos do §5º do artigo 8º desta Lei;

e) Solicitar informações sobre o compartilhamento de seus dados pessoais;

f) Os usuários, a qualquer momento, podem permitir ou negar os cookies que não são necessários para o funcionamento do site;

g) Eliminação de dados pessoais tratados no âmbito e nos limites técnicos das atividades, salvo quando autorizada a conservação para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

**9. MINIMIZAÇÃO DE DADOS**

Os dados coletados pela serventia são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são armazenadas.

**10. SEGURANÇA DOS DADOS**

A serventia implementou e continuará implementando inúmeras medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, como previsto nos §§ 1º e 2º do art. 46 da LGPD e no Provimento CNJ nº 74/2018, além de implementar controles de segurança a seu alcance.

**11. VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

No caso de uma violação de dados pessoais, a serventia deverá prontamente avaliar o risco para os direitos e liberdades das pessoas e, se apropriado, informar essa violação à autoridade competente.

**12. GESTÃO DA POLÍTICA**

A Política de Privacidade do site é aprovada pela Função Compliance em conjunto com o Oficial da Serventia.

**13. ACESSO AOS DADOS**

Esta Serventia possui controle interno acerca do acesso às suas informações através de controles de acesso por senha. Todos os procedimentos executados por nossos colaboradores são documentados e estes recebem periodicamente treinamentos técnicos e comportamentais a fim de fomentar o correto uso de todas as ferramentas colocadas à sua disposição para execução das atividades registrais disciplinadas em lei. Para denúncia de violação das políticas de privacidade enviar e-mail para o responsável: **capelli@volpi.not.br**